

Aneel nega pedido de grupo espanhol disposto a assumir projeto de R\$ 6 bi

ENERGIA ELÉTRICA

Aneel nega transferência de projeto bilionário no sul do RS

GIANE GUERRA*

giane.guerra@rdgaucha.com.br

Mais um revés para o projeto bilionário de energia previsto para Rio Grande, no sul do Estado. O relator do processo na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), diretor Sandoval Feitosa, não reconheceu requerimento do Grupo Cobra para assumir o empreendimento que era da Bolognesi.

A justificativa é de que o pedido foi interposto após esaurida a esfera administrativa, ou seja, feito depois de a agência ter revogado a outorga para a usina termelétrica, que compõe o complexo com um terminal de regaseificação e um píer. O motivo para a retirada da autorização foi o atraso na implementação da usina, descumprindo prazos para o contrato de fornecimento de energia.

“Em relação ao aspecto contratual, esclareço que os CCEARs (*Contrato de Compra de Energia no Ambiente Regulado*) tinham previsão de início de suprimento em janeiro de 2021, entretanto, diante da revogação da autorização da UTE Rio Grande os montantes contratados foram excluídos do mix de contratos das distribuidoras. Uma alteração dessa condição implicaria em elevação de tarifa, pois os mercados das distribuidoras encontram-se atendidos (inclusive, devido à redução da carga resultante da pandemia de covid-19, com condição de sobrecontratação), assim o acréscimo dessa energia não representa vantagem ao consumidor”, apontou Feitosa.

“Dessa forma, apesar de reconhecer os esforços envidados pelo Grupo Cobra, acompanho a conclusão da PF (*Procuradoria Federal*) de que os fatos trazidos pelas requerentes são insuficientes para modificar o contexto decisório dos autos, não tendo sido identificado qualquer vício de ilegalidade na instrução processual”, diz parte da fundamentação do diretor.

Recurso

GZH questionou a Aneel se cabe recurso da decisão ou se há outro caminho para solicitar a transferência via administrativa, sem recorrer ao Judiciário. A agência respondeu que, na tramitação administrativa, a questão está encer-

rada. “Essa decisão encerra a questão administrativa diante da não implantação tempestiva da UTE. O projeto ainda pode ser importante para o Sistema Interligado Nacional, conclusão que depende de estudos da EPE (*Empresa de Pesquisa Energética*). Outra empresa pode implantar o projeto, mas com outras condições comerciais”, informa a Aneel.

Tentativa

Em reação, o secretário-chefe da Casa Civil, Artur Lemos, disse que vai tentar agenda com a Aneel nesta semana. Ele lembra que, em uma reunião em 2020, a agência afirmou que retomaria o assunto quando houvesse fato novo. Desde então, o Cobra assumiu o projeto, reiniciou o processo de licenciamento e conseguiu as autorizações ambientais da Fepam para dar início às obras.

– Queremos construir com a agência no campo político e estratégico, embora compreendamos que a agência reguladora tenha seus limites técnicos. Porém, estes não podem se sobrepor ao interesse coletivo – argumenta Lemos.

Recentemente, o governador Ranolfo Vieira Júnior disse que o governo solicitou audiência com a Aneel. Para sair do papel, o complexo de R\$ 6 bilhões depende dessa transferência à empresa espanhola da outorga para geração, que tinha sido concedida à Bolognesi, que alega que os prazos não foram cumpridos devido a uma ação do Ministério Público Federal (MPF). O projeto tem potencial de ser o maior investimento privado da história do RS.

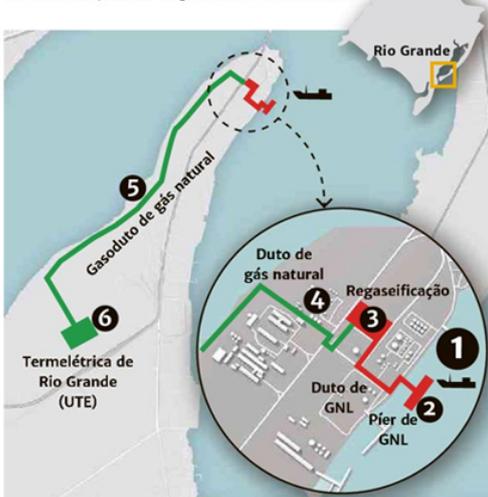
A companhia que assumiu o projeto apostava nesta solução pela via administrativa, enfatizou o CEO Jaime Llopis no começo de abril, quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou liminar que autorizava a construção do complexo de energia. Até as 19h de ontem, não foi obtido novo posicionamento para saber o impacto da decisão da Aneel no planejamento da empresa.

Articuladores da negociação chegaram a cogitar de que a Aneel venha a fazer um novo leilão. Neste caso, o Cobra poderia participar da disputa.

*Colaborou Vitor Netto

O empreendimento

Investimento previsto chega à casa dos R\$ 6 bilhões



- 1 O combustível chega em navios na forma líquida (Gás Natural Liquefeito, ou GNL) para facilitar o transporte
- 2 Os navios atracam em um píer no Superporto de Rio Grande, onde o GNL é injetado em um duto
- 3 Pelo duto, o GNL chega a uma unidade de regaseificação em solo, com capacidade para 14 milhões de metros cúbicos de gás ao dia, e volta à forma gasosa
- 4 O gás natural segue para um gasoduto com 8 quilômetros de extensão
- 5 A canalização leva o gás até a futura Termelétrica de Rio Grande, com capacidade de gerar 1.280 megawatts de energia
- 6 A termelétrica deve usar menos da metade do gás disponível. O excedente pode ser encaminhado para outros pontos do Estado

Longo caminho

- O projeto nasceu em 2008, na gestão Yeda Crusius. Teve geração futura de energia comprada em leilão público em 2014 e deveria ter começado a operar em 2019
- A iniciativa prevê recebimento de gás natural liquefeito por navios, que se acoplarão a uma unidade de regaseificação que devolveria o combustível ao estado gasoso
- O projeto travou na liberação ambiental, ante a objeção do Ministério Público Federal em Rio Grande à instalação de terminal flutuante para descarregar e regaseificar o gás natural liquefeito

- Com a entrada dos espanhóis do Grupo Cobra, isso mudou. Agora, o terminal será em terra firme, no porto de Rio Grande
- Como já deveria ter começado a operar, a Aneel cassou a outorga do empreendimento. Decisão judicial devolveu ao projeto a outorga no ano passado, mas o Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou essa medida no começo do mês. O grupo espanhol buscava reverter a decisão no plenário
- Paralelamente, o Grupo Cobra aguardava análise da Aneel para que o processo de revogação da outorga fosse extinto definitivamente. No entanto, houve novo revés

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Página:** 8